

# Por que os Suecos falaria(m) de si mesmos?

*Why Swedes would talk about themselves?*

**Astréia Soares**

*Doutora em Sociologia pelo IFCS/UFRJ, professora da Universidade Fumec/MG*

## RESUMO

Este artigo discute as representações acerca da Suécia contemporânea que é frequentemente apontada como uma nação discreta, moderna, modelo de políticas públicas e nação exemplar no reconhecimento dos direitos humanos. Busca compreender como se dá a construção de uma dada mitologia em torno da Suécia e do “ser sueco” apresentando um estudo etnográfico daquela cultura, construído por intermédio de entrevistas, análises teóricas e de discursos religiosos, políticos e literários.

Palavras-chave: Suécia. Cultura. identidade nacional.

## ABSTRACT

This article discusses representations of modern Sweden that frequently describe that country as a discrete, modern, model of public policies and an exemplary nation with respect to human rights. It aims to understand how this mythology about Sweden and swedishness has come about by presenting an ethnographic study of that culture based on interviews and analyzing theory, religious, political and literary discourses.

Key words: Sweden, culture, national identity.

A Suécia, ao mesmo tempo em que faz parte do imaginário internacional como nação distante e “discreta”, é também identificada como um exemplo a ser seguido quando o tema é políticas públicas. Do ponto de vista antropológico, o foco central, nesses casos, não costuma ser exatamente verificar o quanto isso possa ter de verdade, ou se internamente a própria sociedade sueca possa estar lidando com problemas para os quais ela mesma precise encontrar soluções. Partindo desse pressuposto, este artigo busca compreender as bases da construção de uma dada mitologia contemporânea que se repete e se mantém com notável vigor no cenário internacional e que constrói uma imagem da Suécia como uma nação modelo, tanto nas políticas internas regidas pelo estado de bem-estar social quanto no diálogo com outras nações.

O referido modelo, quer seja real ou mitológico, decadente ou atual, assume significativa importância na formação da Suécia moderna, como pretendo demonstrar adiante. Percebe-se que sua vertente política, caracterizada principalmente pela neutralidade que manteve o país afastado das grandes guerras vividas por outros povos europeus no século XX e pela social-democracia, merece mais atenção dos suecos do que as características de “ser sueco”, de sua cultura e, por consequência, de sua identidade coletiva. Todavia, podemos perceber uma relação complementar entre esses dois universos, ambos igualmente importantes, se queremos compreender a Suécia pela ótica de seu papel no mundo globalizado.

O meu interesse pela Suécia contemporânea e por sua política externa teve início na primavera sueca de 1995, quando fui convidada a assistir uma peça infantil com temática ambientalista, na cidade de Karlstad. O evento fazia parte da programação de um curso para pessoas de países em desenvolvimento, entre as quais eu me incluía.

O palco estava rodeado por crianças de cerca de seis anos de idade. Elas eram brancas e bem-comportadas, sem exceção. No centro do palco havia um globo terrestre feito de pano, com o desenho do mapa-múndi. Em cada continente havia uma pequena janela de onde saíam fantoches, representando crianças com características raciais da América Latina, Ásia, África e Europa. Do continente europeu surgiu um fantoche com características de uma típica menina sueca, com duas tranças loiras e olhos azuis. Os fantoches que representavam as crianças do mundo em desenvolvimento contavam suas vidas para a menina, com comentários sobre problemas como o desemprego dos pais e a existência de trabalho infantil como, por exemplo, colher mandioca e carregá-la em um cesto pesado.

O momento dramático da peça deu-se quando um grande dragão de pano, o dragão da poluição, entrou no planeta Terra, vale destacar, por um buraco localizado no Pólo Sul. O fantoche da menina sueca, então, pediu à audiência infantil que dissesse o que poderia ser feito para salvar a Terra do dragão da poluição. As crianças levantaram a mão direita ordenadamente e, uma por uma, deram sugestões de como não poluir os rios, reciclar o lixo e usar energia solar, dentre outras.

Os pequenos “consultores suecos”, sozinhos, ditaram todas as políticas ambientais que as outras crianças pelo mundo afora precisariam implementar. Era uma demonstração da educação ambiental ensinada às crianças nas escolas de Karlstad, mas não era só isto. A perspectiva etnocêntrica era evidente. Elas, e só elas, conheciam as soluções para salvar a Terra da destruição ambiental pela qual, por outro lado, todas as outras partes do mundo eram também responsáveis. Naquela tarde, a Terra não foi salva pela ação conjunta de meninos e meninas do mundo, mas pelo conhecimento único das crianças suecas, transmitido ao resto do mundo por uma delas, do sexo feminino.

A peça me levou a perguntar se seria possível associar seu *script* às características importantes da sociedade sueca: a preocupação com a formação de cidadãos bem informados sobre assuntos internacionais, o domínio de conhecimento e de tecnologia ambiental eficaz, vocação solidária e igualdade de gênero, a qual leva as mulheres (no caso, as meninas fantoches) a ocuparem postos de liderança. Mas também podemos pressupor que os suecos não têm perguntas para o resto do mundo, e sim respostas – suas respostas são presumidamente as tecnicamente melhores e reaplicáveis em outros lugares, configurando-se em um “modelo”. Esse “modelo” pode conduzir o resto do mundo ao ponto a que eles chegaram, supondo que isso seria possível e bom para todos.

Após essa experiência voltei algumas vezes à Suécia, principalmente na condição de pesquisadora para minha tese de doutorado, quando entrevistei mais de 50 suecos de diferentes regiões do país, com o objetivo de entender, dentre outras questões, a trama simbólica que compõe o chamado “modelo sueco”, além de utilizar a bibliografia disponível que tratasse direta ou indiretamente da condição de ser sueco. Como é regra entre os acadêmicos suecos que suas teses e seus artigos devem ser escritos em inglês, é razoável supor que os limites da pesquisadora com a língua sueca não tenha se convertido em uma restrição significativa quanto ao acesso a dados relevantes. As entrevistas foram conduzidas principalmente em inglês e, algumas vezes em português, quando encontrei suecos que haviam vivido em países africanos de língua portuguesa, na condição de cooperante de programas de desenvolvimento. A Suécia e sua política são frequentemente citadas em estudos ou artigos na imprensa, quando querem demonstrar um caso empírico de uma sociedade decente e igualitária, que promove bem-estar em casa e solidariedade para com os demais povos.

Nas primeiras semanas que passei na Suécia para realizar trabalho de campo, respondi por diversas vezes a mesma pergunta: *Mas porque a Suécia?*

Estranhei a recorrência dessa pergunta entre os professores e estudantes do Departamento de Antropologia da Universidade de Estocolmo, onde estava sendo recebida como visitante. A tradição sueca de fazer antropologia implica quase sempre viajar a outros lugares. No período em que estive por lá, era vinculada ao Departamento de Antropologia Social da Universidade de Estocolmo, sob orientação dos antropólogos

suecos Ulf Hannerz e Gudrun Dahl. Por sugestão de Dahl, recebi orientação também dos professores Hans Abrahamsson, da Universidade de Gotemburgo, e de Örjan Bartholdsson, da Universidade de Uppsala. À época da pesquisa, os arquivos dos programas de pós-graduação em antropologia, sociologia e etnologia dessas universidades registravam poucos casos de pesquisadores que haviam se doutorado nos últimos anos fazendo pesquisa sobre a Suécia contemporânea, quando muito, pesquisando grupos estrangeiros na Suécia. Alguns trabalhos resenham a produção antropológica sueca, tratando da antropologia feita pelos antropólogos suecos e não exatamente sobre os suecos. Registram-se, também, abordagens que se voltam para a Escandinávia, tratando a região de forma mais genérica, frequentemente enfatizando as semelhanças, e não as especificidades, entre os países.

Ainda assim, para essas pessoas que encontram nas outras sociedades e culturas o seu objeto de estudo, a Suécia ser tema de pesquisa de uma brasileira pareceu algo que necessitasse de explicação sobre o que de relevante poderia resultar da investigação de um objeto tão comum como a Suécia e os suecos. Entre os acadêmicos, essa conversa terminava com um comentário que interpretei como de boas-vindas: *É sempre bom ouvir uma opinião de fora.*

As atividades de pesquisa me proporcionaram mais informações sobre os elementos que compõem, segundo o etnólogo Åke Daun (2002), a “mentalidade sueca” (*Svensk mentalitet*). Assim, passei a ouvir com outro tom a pergunta sobre o que havia ido fazer ali. Ou seja, de algum modo, queria saber como fui encontrar meu objeto de pesquisa numa sociedade que prefere ser reconhecida por seu isolamento e discrição e por ser formada por um povo que se define como simples e tímido. Será que haveria falha no projeto de uma identidade coletiva sóbria e discreta? É possível que se expressasse aí um gosto pela tradição de “terra incógnita” que, segundo o historiador Derry (1979) vem de conhecimentos imprecisos sobre a Escandinávia pré-histórica, que permanece desconhecida do resto da Europa no primeiro milênio da Era Cristã?

Na tentativa de convencer os suecos a falarem sobre si mesmos, inevitavelmente me deparei com o termo em inglês *naive* (*naiv, em sueco*), com o sentido de inocente ao falar e na maneira de se comportar. Da mesma forma, identifiquei outra expressão usada por eles, com significado semelhante: *Nós, suecos somos muito olhos azuis.*

Entendo que *naive* e *olhos azuis* expressam uma ideia de que os suecos, muitas vezes, não estão atentos para os aspectos negativos das suas experiências, muito menos para os riscos aos quais eles e os outros estão sujeitos. Por isso, dizem ter essa tendência de ver o mundo mais azul do que realmente é, o que pode levá-los a se surpreender quando encontram, nas suas relações, outras orientações que não aquelas baseadas nos valores que compartilham, ou, ainda, no contrato social que acreditam pautar suas relações sociais.

Essas características podem ser bem ilustradas por Kurt Wallander, personagem de romances policiais suecos, criação do escritor Henning Mankell. Mankell é um autor bastante conhecido não só na Suécia, uma vez que suas obras foram traduzidas para cerca de 40 idiomas. É também um ativista importante em defesa dos países africanos e dos direitos humanos, tendo integrado a comissão de ajuda humanitária, que foi atacada em 2010 por soldados israelenses quando seguia para a faixa de Gaza.

Em um trecho do livro *A leoa branca*, em que Mankell narra uma trama complexa arquitetada na África do Sul para assassinar Nelson Mandela, o pretense assassino é mandado ao sul da Suécia para receber treinamento de um atirador russo. Ele tem o seguinte diálogo com seu contratante africano:

\_ Por que a Suécia?

Jan Kleyn tomou um gole de café.

\_ Boa pergunta. E que surge naturalmente [...]. A Suécia é um paiseço neutro e insignificante que sempre se mostrou agressivamente contrário ao nosso sistema social. Jamais passaria pela cabeça de alguém imaginar que o cordeiro está escondido na toca do lobo. Em segundo lugar, nossos amigos em São Petersburgo têm ótimos contatos na Suécia. É muito fácil entrar no país porque os controles nas fronteiras são muito superficiais, isso quando há controle. Muitos de nossos amigos russos já se estabeleceram por lá, com nomes e papéis falsos. (MANKELL, 2002, p. 147)

Talvez seja difícil distinguir o quanto de comportamento crédulo e ingênuo e o quanto de aposta nas liberdades democráticas, por exemplo, estão representados nesse curto diálogo. Embora ficcional, ele me parece bastante bom como narrativa verossímil de uma situação que também se vê no mundo real. Durante a pesquisa, perguntei a três cônsules suecos e a dois funcionários do Ministério das Relações Exteriores da Suécia a sua opinião sobre os comentários recorrentes que se podiam ouvir acerca do baixo controle nas fronteiras. Para eles, essa política sueca, mesmo após a entrada na União Europeia em 1995, pode ser tanto expressão de um povo *naive* como de um povo mais tolerante à presença de estrangeiros, sejam eles desafortunados em geral ou especificamente aqueles refugiados de regimes políticos contra os quais são “agressivamente contrários”. É razoável questionarmos, contudo, quais serão os prováveis impactos provocados pelos recentes atentados terroristas no centro de Estocolmo, em dezembro de 2010, e na vizinha Noruega, em julho de 2011?

No entanto, a admissão de que a ingenuidade seja um traço da cultura sueca contrasta com a imagem de Suécia moderna, secular e tecnologicamente avançada e com um alto índice de informação sobre questões internacionais.

O personagem Kurt Wallander é um inspetor de polícia caracterizado tanto por sua ingenuidade quanto por uma boa-fé orientada por valores morais bem definidos. Ele tornou-se popular na Suécia, onde, segundo Mankell (2002), as pessoas escrevem cartas para o personagem como se fosse real e lhe pedem a sua ajuda. Wallander é um homem comum, que leva uma vida sacrificada em função do seu trabalho. Nasceu em Malmö, no sul do país, e vive em Ystad, pequena cidade da região de Skåne. É um pouco atrapalhado e inábil com as mulheres, tendo sido deixado pela esposa e, às vezes tem sonhos com uma bela mulher negra. Apaixonou-se por uma letoniana, mas não sabe o que dizer quando lhe telefona ou tenta escrever para ela. Dorme pouco, come mal, toma muito café e está acima do peso. É provável que, ocasionalmente, beba mais do que o que seria considerado moderado, nos padrões suecos, para o consumo de bebidas alcoólicas, mas parou de fumar. Sente-se culpado por não dar suficiente atenção ao velho pai e tem problemas de relacionamento não muito graves com a filha jovem.

Seu gosto musical é bastante refinado, o que não combina muito com a imagem que se tem, em geral, de um “tira”, a não ser que seja da polícia sueca, um país com a reputação de valorizar a educação e a cultura como um bem geral de todos os seus cidadãos. Wallander ouve óperas, gosta especialmente de Maria Callas e tem gravações consagradas de Jussi Björling, um grande tenor sueco morto em 1960, dentre outras de suas preferências musicais.

É um profissional dedicado e reconhecido como tal por seus colegas, o que provavelmente nos permitiria dizer que ele corresponde ao conceito muito afeito aos suecos de *expert*. Sujeito crítico, muitas vezes pondera que a polícia sueca está despreparada para enfrentar os desafios de uma sociedade com rápidas mudanças. Lida com problemas que vão da Letônia à África do Sul, como desigualdade social, emigração, refugiados, racismo, violência e tráfico de drogas.

A popularidade de Wallander talvez possa ser explicada, em parte, por representar um tipo ideal de conduta com relação a aspectos éticos e morais, que são importantes na composição de uma imagem que os suecos querem ter de si mesmos. Ele prefere a sobriedade e sente-se constrangido com exibições de hierarquia que presenciou em Riga – numa Letônia então mergulhada na herança autoritária soviética –, como o uso da continência, os carros oficiais luxuosos ou a mobília cara na casa de um coronel, que um sueco dificilmente poderia ter. Contudo, fica à vontade para comer um cozido simples e escasso com uma família pobre, que luta clandestinamente pela liberdade da Letônia.

É necessário destacar aqui que não falo da existência de um personagem coletivo em ação, que se pode apontar como sendo concretamente sueco, mas, dentro de uma perspectiva weberiana (WEBER, 1984, p.12), faço referência “unicamente ao desenvolvimento de uma forma determinada de ação social de uns quantos indivíduos, quer seja real ou construída como possível”.

A particularidade observada, portanto, está na construção de uma personalidade coletiva sueca que participa do complexo jogo das relações internacionais sendo, ao mesmo tempo *naive* e exemplar. Isso nos remete novamente a Weber (1984, p. 324) ao observar que sentimentos coletivos nada unívocos são genericamente chamados de “nacionais”, ancorando-se em diversos fundamentos. Para ele “muito diversos são os motivos reais da crença na existência de uma unidade nacional e muito diferentes as ações comunitárias em que elas se baseiam”.

Sociedades diferentes não elaboram, da mesma maneira, a representação de suas relações com as realidades que compõem a categoria de nação, vale dizer, “as mentalidades nacionalistas”. As fontes que alimentam o sentimento de unidade nacional podem estar localizadas em esferas sociais muito distintas. Ainda segundo Weber (1984), para um “tipo” de nacionalismo viabilizado a partir do Estado moderno, as principais fontes de referência são política, religião, língua e hábitos condicionados racionalmente. Mas, apesar dessas pistas, não se pode falar que uma nação se faça com fundamentos objetivos, uma vez que suas observações falam em favor de uma dimensão voluntarista da ideia de nação.

Sendo assim, é possível supor que, quando os suecos dizem “somos muito olhos azuis”, essa identificação seria o resultado da legitimação de uma dada construção na realidade social, portanto subjetiva (BERGER; LUCKMANN, 1985).

Kurt Wallander é uma criação da ficção sueca contemporânea cuja conduta parece ser orientada por valores racionais e seculares. Um de seus inimigos, ao ser derrotado, lhe diz: “O senhor é de fato muito esperto, inspetor. Não dá um passo em falso, a menos que seja forçado”. (MANKELL, 2003, p. 309). No entanto, sua retidão moral tem precedentes na literatura sueca com o personagem Master Olof, criação de August Strindberg (1849–1912), da peça homônima (*Master Olof*, 1872).

Olof é um jovem padre capaz de levar seu idealismo às últimas consequências. Tornou-se discípulo de Martin Lutero e assumiu a tarefa de introduzir seus ensinamentos na Suécia, onde queria ver a ruína do poder romano e o triunfo dos ideais da reforma luterana. Seus ataques ao catolicismo são orientados por uma fé inabalável, que chega a colocar em dúvida sua sanidade mental, por expressar pública e claramente suas divergências religiosas em uma época em que tal comportamento era o caminho mais curto para as fogueiras. Já no primeiro ato da peça, ele questiona a Igreja Sueca que faz o povo pagar taxas ao Papa em Roma sem lhes dar nada em troca. Denuncia que o bispo é mais rico que o rei, sustentado pelo povo que dificilmente tem com o que se alimentar.

Master Olof é guiado pelo que acredita ser “a verdade”, que, como tal, “é sempre audaciosa”, e não se deixa abalar pelas ameaças da inquisição. Movido por sua verdade e ideal de liberdade, Master Olof, que antes era protegido pelo Rei, chega a

conspirar contra ele. Quando recebe a condenação do Rei, que temia que as ações de Olof levassem à instabilidade política e social, mantém-se fiel à sua crença.

Para Berger e Luckmann (1985, p. 49), “a realidade da vida cotidiana contém esquemas tipificadores em termos dos quais os outros são apreendidos, sendo estabelecidos os modos como ‘lidamos’ com eles nos encontros face a face”. Ao apresentar aqui Master Olof e Kurt Wallander como narrativas possíveis sobre o que é ser sueco, falo de tipificações ideais da conduta dos suecos na vida cotidiana, que se fazem representar por uma consciência ética. Essa consciência tem homologias claras com os princípios luteranos, mesmo em um mundo secularizado.

O discurso recorrente na Suécia moderna coloca a racionalidade no centro da definição das condutas subjetivas, reivindicando, portanto, que atitudes seculares formem o padrão geral de orientação social. Porém, é preciso lembrar que a Suécia foi um dos últimos países europeus a separar oficialmente Estado e Igreja, o que aconteceu em 2000, após mais de quatro séculos de laços muito estreitos.

Até 2000, os suecos eram registrados, ao nascer, como membros da Igreja Sueca – leia-se luterana, e 85% da população ainda se reconhecem como tal. Um dos argumentos centrais usados em favor da separação foi a nova perspectiva multicultural da sociedade sueca, que se constitui com a chegada de imigrantes de religiões diversas e que tornou injusto o reconhecimento oficial de apenas uma delas. Independente da validade ou não de tal argumento, é possível inferir que a separação tardia entre Estado e Igreja não foi, portanto, expressão da negação do papel da religião na vida das pessoas, mas o entendimento de que esse papel pode assumir formas diversas, passíveis de respeito e consideração da sociedade como um todo. Desta forma, sou levada a concordar com ?ke Daun (2002, p. 141), quando afirma que “senso comum é facilmente combinado com puritanismo luterano que permeia certos aspectos da cultura sueca”.

Como um argumento a reforçar a tese de Daun, cumpre fazer referência à teoria weberiana (1984), segundo a qual a religião não apresenta somente uma ética de virtuosos que leva ao caminho da salvação; a ética religiosa penetra nas esferas da ordem social com profundidade diversa contribuindo para a constituição de um conjunto de valores que orientam a conduta racional dos fiéis.

Segundo Weber (1984, p. 72), a ideia de missão dada por Deus seria um produto da Reforma, que se faz refletir em novas condutas, dentre as quais, “a valorização do cumprimento do dever no seio das profissões mundanas como o mais excelso conteúdo que a auto-realização moral é capaz de assumir”. Ele atribui essa ideia a Lutero, para quem a vida monástica não teria valor perante Deus devido à sua conotação egoísta, uma vez que pressupõe o isolamento dos deveres do mundo. Lutero confere significado religioso ao trabalho mundano de todo dia, por meio do qual se pode expressar o amor ao próximo e, conseqüentemente, agradar a Deus.



O historiador Tom Ericsson (1993, p. 239), em um artigo sobre a pequena burguesia sueca e seus mitos na transição dos séculos XIX e XX, observa que moral e virtude tornaram-se temas comuns entre comerciantes e artesãos na Suécia a ponto de moralidade ter se tornado quase um sinônimo da pequena burguesia e um elemento de distinção entre esta e outras classes na sociedade.

Segundo Ericsson, os pequenos empresários suecos daquele período estavam seguros de que desenvolviam atividades distintas das da indústria, fato que os obrigava a demandar de seus empregados qualificações morais específicas. O artigo cita a existência de um manual do homem de negócios (*handbok för köpmän*), de 1897, que trazia um capítulo sobre a importância das qualificações morais dos empregados. Dentre as qualificações que deveriam ser consideradas quando o comerciante desejasse contratar um assistente, estão diligência, sentimento de ordem, honestidade, sinceridade, lealdade e culto às virtudes morais, por exemplo. Como o autor observa, muitas dessas qualificações não têm relação alguma com o trabalho propriamente dito.

Considerando a tese de Max Weber, o exemplo acima de exigência de uma práxis moral no mundo do trabalho teria sua fonte nas ideias luteranas, ainda que combinadas com outras fontes. Sendo assim, mesmo que a sociedade sueca se orgulhe de sua racionalidade moderna, o “luteranismo ainda permeia o pensamento sueco em um grau considerável” (DAUN, 2002, p. 211).

Para Benedict Anderson (1989), a nação é uma comunidade imaginada, uma vez que aqueles que a constituem jamais encontrarão ou conhecerão a maioria dos outros. Sentimentos e personalidades coletivos vivem na mente de cada um. No entanto, ele acrescentou que “as comunidades não devem ser distinguidas por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas” (ANDERSON, 1989, p. 15).

A Suécia contemporânea, tal como procuro demonstrar neste artigo, aparece como uma realidade nova, mas que herda um passado construído em torno de valores morais e éticos – cuja gênese pode estar no pensamento luterano – que se redefinem nos tempos atuais assumindo novos sentidos, modernos e seculares, para as relações de cooperação com outros povos.

Assim como os demais países escandinavos, a Suécia é formada por culturas muito antigas e com marcos históricos que remontam às Idade do Bronze (cerca de 1500-500 a.C), a dos vikings (800-1050 d.C) e à idade média. As cidades suecas, com destaque para a capital Estocolmo, fundada em 1252, apresentam castelos e igrejas medievais e renascentistas. Os suecos comemoram festas neopagãs com bastante interesse. No dia 30 de abril, por exemplo, celebram a noite de Valborg (*Valborgsmässoafton*), que tem origem nas festas vikings da fertilidade e é também, desde 779, véspera do dia destinado a Santa Walburga, no calendário católico. Durante as comemorações da Semana Santa, é comum que as casas suecas sejam decoradas

com bruxinhas de pano e que as crianças se vistam de bruxas para as festividades, com lenços na cabeça e pintinhas desenhadas sobre o nariz. A adoção das bruxas como uma das personagens da Páscoa vem da crença popular de que elas, anualmente, nesse período, promovem um encontro em *Blåkulla* – local mítico onde mora o demônio nas lendas nórdicas – e lá permanecem até a véspera da Páscoa. Outra festa importante acontece no solstício de verão (*Midsommar*). É uma festa de origem secular, que passou a ser associada ao dia de São João (24 de junho) a partir do século VII, mas que, na prática atual, não guarda relações com essa vinculação religiosa.

Não cabe aqui aprofundar a análise da origem desses costumes, tampouco ir além da observação comum de que foram se constituindo como tradição europeia a partir dos contatos entre seus povos e mediante processos históricos de dominação e troca. Sendo assim, entende-se que eles não têm origem na cultura sueca, mas ganharam ali formas rituais próprias, que foram sendo modeladas e transformadas ao longo dos séculos. Na Suécia contemporânea, essas festas têm um caráter familiar e comunitário, dando a impressão de que todos sabem quais as canções, as comidas, as flores e roupas adequadas a cada ocasião. Muitas vezes, os amigos e vizinhos justificam, entre si, o envolvimento na produção das festas: *Fazemos isso para as crianças*.

É difícil imaginar o que mais pode garantir vida longa a uma tradição do que a sua transmissão às futuras gerações. Mas esse processo, conforme afirmam recorrentemente, não tem para eles nenhuma correspondência com a possível existência de um caráter nacional. Esse passado remoto não está no centro das representações que os suecos fazem de si mesmos e de sua sociedade. Pelo contrário, a nação imaginada expressa o desejo de ser identificada com a modernidade, um país organizado por meio de procedimentos racionais que resultaram numa sociedade avançada, desenvolvida, justa e igualitária (AUSTIN, 1968; DAUN, 2002; GUSTAFSSON, 1964; KASTRUP, 1953).

Além disso, o debate cultural na Suécia tem uma tendência clara a negar a existência de qualquer caráter nacional pelo qual pudessem ser identificados ou do qual pudessem se orgulhar. Dito de outra forma, os suecos se orgulham de não terem orgulho nacional (AUSTIN, 1968). Há aqui, portanto, uma comunidade que, além de representar-se como racional e moderna, declara descaso e descrédito por supostos sentimentos nativistas.

Os estudiosos do assunto apresentam algumas explicações para o aparente paradoxo. Uma delas é citada por Daun, que publicou um livro sobre a mentalidade sueca em 1989 – pela primeira vez, desde trabalho anterior do estatístico Gustav Sundbärg (1911). Ele observa que, depois da Segunda Guerra Mundial, os suecos passaram a recusar qualquer discussão acerca de um possível determinismo racial, numa atitude de repúdio ao nazismo. Por esse mesmo motivo, também as discussões sobre o caráter nacional foram consideradas *non sense* científico. A segunda explicação

seria o desejo de se reconhecer como mais orientados pela razão do que algumas outras culturas, muitas delas assentadas em crenças e religiões que promovem uma explicação encantada do mundo e adotam costumes “exóticos e pitorescos”. Os suecos, ao contrário, querem crer que orientam suas ações de acordo com princípios da modernidade que são universais, por pressuposto. Talvez seja esse desejo de universalidade do cidadão sueco que lhe permite imaginar-se membro de uma comunidade de tal forma cosmopolita que um sueco seja perfeitamente adaptável e capaz de se integrar em qualquer contexto ou cultura portando uma credencial para aplicar um dado “modelo sueco” de soluções sociais e políticas.

O exame da escassa literatura cujo tema é a definição do que é ser sueco (*svenskhet*) pode nos ajudar a agrupar alguns elementos que constituem seu tímido quadro de sentimentos nacionais. Esse tipo de literatura não é portadora de uma “verdade” sobre os suecos, mas sim interessante objeto de análise que possibilita conhecer que tipo de história contam sobre si mesmos.

O livro *The making of Sweden* (KASTRUP, 1953), publicado em Nova York pela The American-Swedish News Exchange, por exemplo, foi endereçado aos leitores norte-americanos e teve como objetivo ampliar o conhecimento sobre a cultura, economia e política sueca nos Estados Unidos. A edição é cuidadosa, com farta ilustração de paisagens naturais, igrejas, castelos, indústrias e personalidades. A capa traz uma bela fotografia em preto e branco de Estocolmo e, nas 128 páginas que seguem, o autor pretende narrar a história de uma nação democrática, que desenvolve uma economia industrial, participa de relações internacionais e tem relações especiais com a América. Os suecos do final dos anos 50 são apresentados como caseiros, apaixonados por flores e pela vida ao ar livre; gostam do contato com a natureza, de luz e de sol. Devido à sua polidez, foram apelidados de “franceses do norte”. Todo o texto faz referência a uma dada superioridade sueca, quer seja em extensão, população, cultura ou desenvolvimento, com relação a outros países europeus e, em especial, com relação aos demais países escandinavos.

O passado sueco, por exemplo, é representado por uma trajetória viking singular. Kastrup descreve que, a cada primavera, os vikings saíam em expedição, fazendo trocas com os povos amigos e, só quando sofriam resistência, agiam como piratas. Apesar de admitir que houvesse um comportamento bárbaro, porém justificado pela “incompreensível” resistência inimiga, o caráter viking é descrito por seu senso de justiça, ordem e igualdade entre os homens livres, o que seria muito mais forte como marca da história daquele povo do que a violência (KASTRUP, 1953, p. 7).

O livro apresenta os suecos como sendo céticos quanto às novas ideologias, mas muito interessados em desenvolvimento prático. Para confirmar seu parecer, evoca o alto desenvolvimento de habilidades técnicas e a capacidade de organização desse povo – características que poderiam justificar o sucesso de empreendimentos internos bem com o contribuir para o avanço da ciência e o desenvolvimento da indústria moderna.

O tom do texto é não só orgulhoso mas também estratégico, porque reúne como características nacionais aquelas consideradas – principalmente nos anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial – as mais favoráveis ao “progresso material e cultural” mundial, como ser capaz de fazer desenvolver a ciência e a indústria moderna. Dentro de um contexto de reconstrução das grandes potências mundiais, a política sueca é descrita como voltada para manter a liberdade e modo de vida democrático, objetivos comuns ao ocidente, mas que têm como aspecto singular a “longa tradição de neutralidade em tempos de guerra”. (KASTRUP, 1953,p.91).

A neutralidade da Suécia, apresentada por Kastrup como um valor importante na construção da sua reputação internacional, é, contudo, um tema controverso. Durante a Primeira Guerra Mundial, por exemplo, os Estados aliados manifestaram seu descontentamento com a comercialização de armas com a Alemanha. O governo sueco tentou interpretar esse procedimento como a mera aplicação dos direitos internacionais, mas pareceu a alguns uma atitude oportunista (WALLENSTEEN, 1995).

Também para o escritor, filósofo e sociólogo Lars Gustafsson (1964), o longo período de paz, a reivindicada neutralidade nas políticas externas, que mantiveram a Suécia de fora dos grandes conflitos europeus, e o desenvolvimento do estado de bem-estar social, caracterizado pelo liberalismo, pelo socialismo e pela alta capacidade industrial, fizeram da Suécia um país singular. Apesar das vantagens, essa singularidade também conservou um certo isolamento, que antes havia sido eminentemente geográfico.

No entanto, o livro *The making of Sweden* apresenta aos americanos uma Suécia distante da realidade econômica que, da metade do século XIX até os anos 30 do século XX, provocou a emigração de muitos de seus cidadãos para os Estados Unidos. Para alcançar seus intentos, ressalta a condição sueca de país membro das Nações Unidas desde 1946.

É interessante lembrar que abril de 1953 passa a ser uma data memorável na história sueca, com a posse de Dag Hammarskjöld como secretário geral das Nações Unidas, causando surpresa nas grandes potências. O alto funcionário da administração pública sueca, tido como eficaz e insubornável, ganhou destaque com seu trabalho na Organização Europeia de Cooperação Econômica – OEEC e foi, à época, uma boa opção para conciliar interesses franceses e britânicos. Além disso, a escolha de um cidadão da neutra Suécia para secretário geral das Nações Unidas poderia facilitar o fim do bloqueio da União Soviética aos trabalhos da ONU (WALLENSTEEN, 1995, p. 11).

A sua intensa atuação junto às Nações Unidas voltou-se primeiramente para a defesa da legitimidade e integridade da Organização, contra a ingerência do FBI, por exemplo. Dag Hammarskjöld morreu prematuramente, em setembro de 1961, de acidente de avião em Ndola, Zâmbia. No mesmo ano, recebeu o Prêmio Nobel da Paz, como homenagem póstuma. Especulações em torno da causa do acidente defendem a

hipótese de ter sido um ato criminoso. Para o historiador inglês Paul Britten Austin (1968), a imagem atribuída a Hammarskjöld pode ser comparada à de um “Jesus intelectual” caminhando pelas águas turbulentas da política internacional.

No século XX, as condições outrora miseráveis da sociedade sueca foram finalmente revertidas, passando o país a apresentar um dos melhores indicadores de qualidade de vida do planeta. Para Gustafsson (1964), a “ambição” da Suécia de manter um debate em torno de questões morais e sociais, problemas internacionais, arte e educação pública criou-lhe uma situação muito específica. Ele observa que, nos anos 1930 e 1940, por exemplo, o cenário nacional foi marcado pelo interesse por várias formas de libertação, fossem elas de preconceitos ou dogmas. Esse comportamento se estende pelas décadas seguintes como característica cultural típica de uma sociedade moderna ocidental com padrão de vida alto e reforma social avançada, dentre outras características.

Para o autor, o estado de bem-estar social provocou uma situação de estabilidade interna e externa com alto índice de segurança material e nível pouco usual de liberdade. Tais conquistas teriam contribuído para que a opinião pública na Suécia moderna fosse sensível com relação aos problemas dos países menos desenvolvidos, assumindo que tais problemas são também de responsabilidade dos países ricos, cuja população tem o dever de reagir contra as diferenças de condições em que vive a maioria das populações do mundo.

Ele acredita que a consciência pública na Suécia foi ainda ampliada a partir da participação do país em programas civis e militares das Nações Unidas. A atuação de Dag Hammarskjöld à frente daquela organização foi tomada como um símbolo de um país que participa dos problemas do mundo, com o “dever moral” de contribuir para a solução deles, ao mesmo tempo em que se mantém neutra (GUSTAFSSON, 1964, p. 115)

Mesmo que muitos cidadãos suecos, efetivamente, não participem de nenhum programa de ajuda humanitária, Åke Daun (1991, p. 170) observa que a habilidade para cooperar (samarbetsformåga) é uma característica importante para o mercado de trabalho sueco, bem como um propósito da escola pública na Suécia.

Conforme já mencionado, os princípios luteranos não são considerados significativos o bastante para justificarem sozinhos uma tendência solidária na construção da identidade coletiva da Suécia moderna. Para Lars Trägårdh (1990), a proibição da igreja católica no século XVI deu início a um comprometimento comunitário com seus “próprios” pobres, velhos ou doentes. Há de se dizer que o conceito de “pobre” não era moralmente neutro, havendo a distinção entre os honestos e os merecedores de ajuda e os preguiçosos e os vagabundos. Contudo, ele observa que a solidariedade sueca seria mais bem compreendida a partir do exame das características inerentes a uma sociedade social-democrata.

O crescimento da população fez com que os arranjos comunitários não fossem mais suficientes para responder às questões sociais, papel que passou a ser desempenhado pelos movimentos populares do final do século XIX, principalmente os movimentos operários. Na visão de Trägårdh (1990), há um espaço de interseção entre os movimentos operários e o estado de bem-estar social, os quais postulam que as políticas públicas na Suécia devem dar uma “primeira chance” a todos. Para ele, seus aspectos igualitários se tornaram objeto de orgulho dos cidadãos suecos a ponto dos fundamentos social-democratas se confundirem com valores compartilhados pela sociedade sueca, como o trabalho, a igualdade, a liberdade e a democracia.

É possível que, por sua singularidade, a ligação entre Estado e sociedade civil tenha se tornado um símbolo da cultura sueca. Para Brian Palmer (1996), há uma conexão entre engajamento solidário e identidade coletiva, uma vez que bem-estar social e ajuda humanitária contribuem para a formação da identidade daquele povo. Segundo ele, o termo solidariedade (*solidaritet*) é usado não só no sentido durkheimiano de coesão social mas também para se referir a um senso de relacionamento e de responsabilidade dentro da Suécia e internacionalmente. Essa responsabilidade se expressa como engajamento moral em questões humanitárias e em movimentos políticos, reforçando a auto-identificação dos suecos como um povo tradicionalmente avançado moral e tecnologicamente. Tal posição ganha visibilidade antes e durante a Segunda Guerra Mundial, período que colocou em risco os valores civilizados, cabendo à Suécia, acreditam eles, o papel de sua guardiã.

No dizer de Palme, as sociedades industriais têm o dever de ser *locus* da realização humana, o que só é possível com o acesso igualitário aos recursos e com a promoção da solidariedade: “Nós todos dependemos uns dos outros para nossos padrões materiais, para nossa segurança futura, para nossa experiência cultural, para nosso crescimento pessoal” (PALME *apud* PALMER, 1996, p. 1).

A frase de Palme tem o efeito de projetar o modelo político sueco para dentro e para fora do país. Tal modelo, arquitetado durante um longo período de consecutivos governos de orientação social-democrata, tornou-se um símbolo nacional, na medida em que seus princípios de crescimento com igualdade, que pressupõe que o mercado seja responsável pela produção e o Estado, por sua distribuição, colocando-se numa terceira via ente capitalismo e socialismo, extrapolou os limites do programa partidário, configurando-se um componente da identidade nacional, dentro e fora da Suécia, ainda que seus princípios não sejam mais tão evidentes na vida cotidiana dos suecos.

As teses discutidas aqui, portanto, querem demonstrar que o modelo político sueco tem papel importante na formação de uma simbologia compartilhada socialmente, reforçando o mito de uma nação pioneira em qualidade de vida e em confiança nos seres humanos, dona de exclusiva criatividade tecnológica, social e política, caracterizada pelos valores da moralidade e da solidariedade e conectada com

o mundo por meio de uma política de cooperação global. Em suma, uma liderança que deve ser seguida por outras nações do mundo, em busca de uma ordem social moderna, capaz de abrigar pacífica e igualmente modos de vida diferentes.

Entretanto, mesmo que a Suécia contemporânea tenha mais disposição em reconhecer seu passado recente de neutralidade/solidariedade que lhe rendeu o título informal de “voz do terceiro mundo”, os valores morais e éticos que a sociedade sueca acredita compartilhar estão presentes no pensamento luterano, ainda que assumam sentidos modernos e seculares na atualidade.

Essa perspectiva pode ser justificada quando tentamos ressaltar o orgulho sueco pela racionalidade como um elemento de sua cultura, capaz de distingui-la das demais nações do mundo. Justiça e igualdade, nesse caso, são valores resignificados que deixam de ser uma questão de crença religiosa para assumir um caráter de justiça social.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- AUSTIN, Paul Britten. *On being Swedish*. Stockholm: Bokförlaget Fabel, 1968.
- BERGER, Peter; LUCKMAN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- DAUN, Åke. *Swedish Mentality*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2002.
- DERRY, Thomas Kingston. *A history of Scandinavia: Norway, Sweden, Denmark, Finland and Iceland*. Minneapolis/London: University of Minnesota, 2000.
- ERICSSON, Tom. Cults, Myths and the Swedish petite bourgeoisie, 1870-1914. *European History: Quarterly*, London, v. 23, n. 2, april, 1993.
- GUSTAFSSON, Lars. *The public dialogue in Sweden: current issues of social and moral debate*. Stockholm: P. A. Norstedt & Söners Förlag, 1964.
- KASTRUP, Allan. *The making of Sweden*. New York: The American-Swedish Exchange, inc. 1953.
- MANKELL, Henning. *A leoa branca*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Os cães de Riga*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- PALMER, Brian. *The struggle for Sweden's soul: moral engagement and identity in post-christian society*. Uppsala: Uppsala University, 1996.
- STRINDBERG, August. Master Olof. *Strindberg Plays*. London: Methuen Drama, 1991.
- TRÄGARDH, Lars. Swedish Model or Swedish Culture. *Critical Review*, London, v. 4, n. 4, 1990.
- WALLENSTEEN, Peter. *Dag Hammarskjöld*. Estocolmo: Instituto Sueco, 1995.
- WEBER, Max. *Economia y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.